

# NOVA DIREITA NAS RUAS?

UMA ANÁLISE DO DESCOMPASSO ENTRE  
MANIFESTANTES E OS CONVOCANTES DOS  
PROTESTOS ANTIGOVERNO DE 2015

Pablo Ortellado<sup>1</sup>, Esther Solano<sup>2</sup>

## Introdução

Aconteceram grandes manifestações que expressavam descontentamento com o governo federal e exigiam o afastamento, o impedimento ou a renúncia da presidenta Dilma Rousseff em diversas cidades do país nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015. Nas manifestações de abril e agosto, aplicamos questionários junto aos manifestantes que protestavam na cidade de São Paulo, buscando verificar algumas hipóteses desenhadas a partir da observação do processo de mobilização dos grupos liberais e conservadores que convocavam os protestos<sup>3</sup>.

A principal hipótese que norteava o primeiro questionário era que a descrença no governo federal não estava restrita a ele, mas se estendia a todo o sistema político, entendido num sentido amplo que incluía os políticos e os partidos políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais, e a imprensa política e seus comentaristas. Nossa hipótese tinha surgido do acompanhamento do processo de mobilização e da grande desconfiança que tanto as pessoas mobilizadas como os grupos convocantes tinham da grande imprensa e dos partidos políticos, inclusive os da oposição, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Pesquisas prévias já captavam esse alto índice de desconfiança institucional. Cabe destacar os resultados da pesquisa Índice de Percepção do Cumprimento das Leis da Fundação Getúlio Vargas para 2015, onde só 5% da população afirmava confiar em partidos políticos, 15% no Congresso Nacional, e 33% nas emissoras de TV<sup>4</sup>.

À primeira vista, os protestos pareciam fundamentalmente antipetistas. Parecia que o descontentamento dos manifestantes estava restrito ao governo federal e seu partido, já que as faixas e cartazes nas ruas poupavam as demais forças políticas. Mas teria a insatisfação como foco o Partido dos Trabalhadores (PT) devido a uma seletividade partidária ou o PT seria apenas considerado uma expressão máxima e mais clara de um problema que os manifestantes acreditavam estar espalhado por todo o sistema político?

Após verificarmos nossa hipótese de que a descrença se espalhava por todo o sistema, desenvolvemos outro conjunto de hipóteses que advinham da similaridade entre a desconfiança nas instituições representativas que constatamos nos manifestantes de 2015 e a desconfiança que havia aparecido no ciclo de protestos de junho de 2013. As pesquisas de opinião realizadas na semana de 17 de junho de 2013<sup>5</sup> haviam indicado um conteúdo reivindicatório que poderia ser resumido na rejeição das instituições de representação (executivo, legislativo e os partidos políticos), e na demanda pela consolidação e expansão de direitos sociais (principalmente transporte, saúde e educação).

Como havia semelhança entre a primeira parte das reivindicações de junho de 2013 e as opiniões constatadas em abril de 2015, nos perguntamos se, a despeito da profunda diferença da composição social (em 2015, os manifestantes eram mais velhos, mais ricos e mais escolarizados) e da orientação política dos grupos convocantes (em 2013, na esquerda do espectro político; em 2015, na direita), se não poderia haver uma inquietação e insatisfação comum que ligava subterraneamente um fenômeno ao outro.

Num momento em que o país vive uma polarização aguda, nossa pesquisa fornece evidências que desconstruem essa dialética da política inimiga, sugerindo que devemos ir além da simplificação e caricaturização dos

processos sociais. O debate político atual tem se dado em termos muitos superficiais, estruturado em torno da dicotomia petismo/ antipetismo como se o espectro ideológico pudesse se reduzir a este binarismo e como se esses conceitos fossem unívocos e monolíticos. Qualquer manifestação política que surja fora dessa dinâmica é rapidamente recuperada ou atribuída a um dos polos, esvaziando o debate político de matizes e posições independentes.

## Confiança no sistema político

A crise de confiança nas instituições representativas é um velho tema da ciência social, desde os anos 1970<sup>6</sup>. De certa maneira, o fato relevante da recente “descoberta” da crise brasileira não é tanto seu conteúdo, mas que tenha sido percebida como uma novidade. Talvez por isso, não tenha parecido evidente para muitos analistas relacionar a oposição ao governo federal expressa nos protestos de 2015 com a profunda crise de confiança nas instituições representativas.

O PT e suas principais lideranças, a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, eram os principais alvos dos manifestantes das mobilizações aqui analisadas. Mas, o que pensariam os manifestantes do protesto do dia 12 de abril com relação aos principais representantes do PSDB e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)? Segundo os dados do Datafolha – relativos à primeira manifestação, de 15 de março<sup>7</sup> – a maioria dos manifestantes se declaravam votantes do PSDB<sup>8</sup>. Mas, levando-se em consideração a crise de confiança nas instituições representativas, será que confiavam nos candidatos nos quais votaram ou o voto tinha, para eles, apenas uma orientação pragmática antipetista, uma vez que o partido era visto como a expressão mais aguda dos problemas do sistema?

Podemos ver na Tabela 1 que 73% dos manifestantes no dia 12 de abril não confiavam nos partidos políticos de uma maneira geral. No tocante a siglas específicas, não só o PT merecia a desconfiança dos manifestantes, mas também o principal partido da base aliada (PMDB) e mesmo os partidos políticos menores e mais novos como a Rede Sustentabilidade<sup>9</sup>, e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Surpreendentemente, apesar dos eleitores do PSDB serem a grande maioria dos manifestantes, apenas 11% confiavam muito no partido.

Quando indagados sobre políticos individuais, vemos na Tabela 2 que, novamente os políticos petistas têm confiabilidade baixíssima entre os manifestantes, como era de se esperar. No entanto, mais uma vez, a desconfiança não fica restrita a este campo: o baixo índice de confiança recai também nos principais líderes da oposição. Apenas 14% dos manifestantes declararam

**Tabela 1**  
**Confiança nos partidos políticos (%)<sup>10</sup>**

|                   | <b>Partidos</b> | <b>PT</b>    | <b>PSDB</b>  | <b>PMDB</b>  | <b>Rede</b>  | <b>PSOL</b>  |
|-------------------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Confia muito      | 01,10           | 00,20        | 11,00        | 01,40        | 02,60        | 01,90        |
| Confia pouco      | 25,20           | 03,70        | 41,20        | 16,30        | 14,00        | 16,10        |
| <b>Não confia</b> | <b>73,20</b>    | <b>96,00</b> | <b>47,60</b> | <b>81,80</b> | <b>61,10</b> | <b>77,10</b> |
| Não conhece       | 00,00           | 00,00        | 00,00        | 00,40        | 21,50        | 04,70        |
| Não respondeu     | 00,50           | 00,20        | 00,20        | 00,20        | 00,70        | 00,20        |

**Tabela 2**  
**Confiança nos políticos (%)<sup>11</sup>**

| <b>Políticos</b>  | <b>Aécio Neves</b> | <b>Dilma Rousseff</b>   | <b>Eduardo Cunha</b> | <b>Fernando Haddad</b> | <b>Geraldo Alckmin</b> | <b>Marina Silva</b> |              |
|-------------------|--------------------|-------------------------|----------------------|------------------------|------------------------|---------------------|--------------|
| Confia muito      | 00,40              | 22,60                   | 00,40                | 03,20                  | 02,10                  | 29,00               | 14,70        |
| Confia pouco      | 28,90              | <b>48,30</b>            | 02,50                | 17,00                  | 08,40                  | <b>41,50</b>        | <b>44,70</b> |
| <b>Não confia</b> | <b>69,90</b>       | <b>28,40</b>            | <b>96,70</b>         | <b>73,40</b>           | <b>87,60</b>           | <b>28,00</b>        | <b>39,80</b> |
| Não conhece       | 00,00              | 00,40                   | 00,20                | 06,10                  | 01,40                  | 00,90               | 00,20        |
| Não respondeu     | 00,90              | 00,40                   | 00,40                | 00,40                  | 00,50                  | 00,50               | 00,70        |
|                   |                    | <b>Pastor Feliciano</b> | <b>Jean Willys</b>   | <b>José Serra</b>      | <b>Luciana Genro</b>   | <b>Lula</b>         |              |
| Confia muito      |                    | 03,90                   | 03,90                | 23,80                  | 04,00                  | 01,40               |              |
| Confia pouco      |                    | 13,10                   | 09,80                | <b>42,70</b>           | 12,30                  | 02,50               |              |
| <b>Não confia</b> |                    | <b>75,10</b>            | <b>70,20</b>         | <b>32,70</b>           | <b>74,30</b>           | <b>95,30</b>        |              |
| Não conhece       |                    | 07,20                   | 15,60                | 00,20                  | 08,90                  | 00,40               |              |
| Não respondeu     |                    | 00,70                   | 00,50                | 00,50                  | 00,50                  | 00,50               |              |

confiar muito em Marina Silva, que substituiu o candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), falecido no curso das eleições para Presidência em 2014; 22% em Aécio Neves, candidato a presidente pelo PSDB no mesmo pleito; e 29 declararam confiar muito no então governador reeleito do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB.

Além de investigar a confiança no sistema partidário, foi objeto de análise a confiança em ONGs e movimentos sociais. Uma longa tradição nas ciências sociais relaciona a crise do sistema representativo com a ascensão dos chamados “novos movimentos sociais” a partir dos anos 1970, cuja democracia direta no processo de mobilização se contraporia aos limites da democracia representativa<sup>12</sup>. No contexto destas manifestações, foi investigada a confiança nos grupos e movimentos à direita do espectro político, que haviam convocado a manifestação, e também nos movimentos mais tradicionais, normalmente à esquerda do espectro e muitos deles associados ao PT.

Aparentemente, também com os movimentos sociais a confiança estava relacionada com uma posição *antiestablishment*. Como uma senhora declarou

durante uma entrevista, “confio no Vem para a Rua, porque eles ainda não foram corrompidos pela política, estão de fora”. Isso talvez explique por que os grupos convocantes, como era de se esperar, tenham a confiança dos manifestantes, enquanto que movimentos mais próximos ou identificados ao PT, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), não tenham. Assim, por exemplo, 70% dos manifestantes declararam confiar muito no Vem para a Rua, enquanto apenas 11% responderam confiar muito no PSDB. Surpreende a confiança no Movimento Passe Livre (53% confia muito ou pouco), índice mais alto que o atribuído a um dos grupos convocantes, o Revoltados OnLine, e também 1% mais alto que a confiança depositada no PSDB. Esse alto índice de confiança no MPL possivelmente se deve ao entendimento de que o movimento é verdadeiramente desvinculado dos partidos políticos, ao contrário do MST e do MTST.

**Tabela 3**  
**Confiança em ONGs e movimentos sociais (%)<sup>13</sup>**

|               | ONGs         | Movs. sociais | Vem pra Rua  | Brasil Livre | MPL          | MST          | Revoltados Online | MTST         |
|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|
| Confia muito  | 20,00        | <b>30,50</b>  | <b>70,80</b> | <b>52,70</b> | 25,20        | 03,90        | 19,30             | 04,20        |
| Confia pouco  | <b>46,20</b> | <b>48,00</b>  | 20,80        | 21,90        | <b>28,20</b> | 09,10        | <b>26,30</b>      | 11,40        |
| Não confia    | <b>29,80</b> | 20,30         | 06,00        | 09,30        | <b>37,80</b> | <b>84,40</b> | <b>30,60</b>      | <b>79,20</b> |
| Não conhece   | 03,30        | 01,10         | 02,30        | 15,90        | 08,60        | 02,50        | 23,60             | 05,10        |
| Não respondeu | 00,70        | 00,20         | 00,20        | 00,20        | 00,20        | 00,20        | 00,20             | 00,20        |

Por fim, foi analisada a confiança na imprensa. Em nosso acompanhamento do processo de mobilização, em eventos e nas redes sociais, tanto os grupos convocantes como as pessoas mobilizadas demonstravam desprezo pela Folha de S.Paulo e pela rede Globo. Essa postura muito disseminada de desconfiança nos meios de comunicação de massa orientou a formulação da hipótese de que a imprensa também compunha o sistema político, num sentido ampliado, já que ela é responsável por prover as informações necessárias para o debate e a tomada de decisão políticas.

Mais uma vez, foi constatada uma ampla desconfiança. Entre os veículos apresentados, apenas a revista Veja, de extrema direita, teve muita confiança dos manifestantes, com 51%. A Folha de S.Paulo e o Jornal Nacional tiveram grande índice de desconfiança, com 29 e 37%, respectivamente. Investigamos também a confiança depositada pelos manifestantes em comentaristas políticos. Aqui prevaleceu o grande desconhecimento dos comentaristas da imprensa escrita – o que sugere que a televisão ainda é o meio de comunicação predominante na formação da opinião política.

Entre os comentaristas, apenas Raquel Sheherazade e Reinaldo Azevedo, alinhados à extrema direita, receberam altos índices de muita confiança, 49% e 39% respectivamente. Em seguida, destaca-se Paulo Henrique Amorim, comentarista posicionado à esquerda no espectro político, com mais confiança que William Bonner, apresentador do influente Jornal Nacional, da rede Globo. Assim como Sherazade e Reinaldo Azevedo, as intervenções de Amorim são marcadas por uma postura crítica e enfática. Mais uma vez, a postura *antiestablishment* parece explicar melhor as opiniões dos manifestantes que o posicionamento à direita ou à esquerda no espectro político.

**Tabela 4**  
**Confiança na imprensa (%)<sup>14</sup>**

|               | Imprensa     | Folha de S.Paulo | Estado de S. Paulo | Veja         | Carta Capital | Jornal Nacional | Jornal Record | Globo News   | El País      | BBC          |
|---------------|--------------|------------------|--------------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| Confia muito  | 21,00        | 26,00            | <b>40,20</b>       | <b>51,80</b> | 16,80         | 16,30           | 14,90         | <b>34,50</b> | 09,50        | 31,70        |
| Confia pouco  | <b>57,80</b> | <b>42,30</b>     | <b>41,90</b>       | <b>31,90</b> | 19,50         | <b>45,70</b>    | <b>42,00</b>  | <b>38,90</b> | 17,20        | 23,60        |
| Não confia    | 20,80        | <b>29,80</b>     | 14,70              | 14,70        | <b>32,60</b>  | <b>37,10</b>    | <b>31,30</b>  | 22,60        | 14,70        | 09,10        |
| Não conhece   | 00,20        | 01,90            | 03,20              | 01,60        | <b>30,70</b>  | 00,50           | 11,40         | 03,90        | <b>58,50</b> | <b>35,20</b> |
| Não respondeu | 00,20        | 00,00            | 00,00              | 00,00        | <b>00,40</b>  | 00,40           | 00,40         | 00,20        | <b>00,20</b> | <b>00,40</b> |

**Tabela 5**  
**Confiança em comentaristas políticos (%)<sup>15</sup>**

|               | Demétrio Magnoli  | Guilherme Boulos | Gregório Duvivier  | Jânio de Freitas | José Luiz Datena | Luis Nassif      |
|---------------|-------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| Confia muito  | 9.50              | 2.50             | 4.00               | 7.20             | 18.20            | 12.10            |
| Confia pouco  | 11.70             | 10.90            | 14.90              | 17.50            | <b>33.10</b>     | 23.10            |
| Não confia    | 6.70              | 18.90            | 17.50              | 11.70            | <b>43.80</b>     | <b>25.40</b>     |
| Não conhece   | <b>71.10</b>      | <b>66.80</b>     | <b>62.50</b>       | <b>62.70</b>     | 4.00             | <b>38.50</b>     |
| Não respondeu | <b>1.10</b>       | <b>0.90</b>      | <b>1.10</b>        | <b>0.90</b>      | 0.90             | <b>0.90</b>      |
|               | Olavo de Carvalho | Paulo H. Amorim  | Raquel Sheherazade | Reinaldo Azevedo | William Bonner   | Vladimir Safatle |
| Confia muito  | 17.20             | <b>28.00</b>     | <b>49.40</b>       | <b>39.60</b>     | 25.20            | 4.20             |
| Confia pouco  | 17.90             | <b>38.50</b>     | <b>21.70</b>       | 19.80            | <b>45.00</b>     | 17.30            |
| Não confia    | 10.70             | 25.00            | 11.40              | 9.80             | <b>27.70</b>     | 16.50            |
| Não conhece   | <b>53.60</b>      | 7.50             | 16.60              | <b>29.80</b>     | 1.20             | <b>61.10</b>     |
| Não respondeu | <b>0.70</b>       | 0.90             | 0.90               | <b>1.10</b>      | 0.90             | <b>0.90</b>      |

## Seletividade política

Diante da indignação seletiva das lideranças dos protestos, que poupavam partidos e políticos acusados de corrupção, a pesquisa na manifestação do dia 16 de agosto investigou se havia respaldo para esta postura na percepção dos manifestantes, ou se, mais uma vez, constataríamos uma indignação

generalizada que tinha o PT e seus políticos apenas como uma expressão mais aguda. Além disso, também investigamos se as demandas sociais que surgiram no ciclo de protestos de junho de 2013 – que pediam a ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e transporte – encontravam eco na opinião dos manifestantes deste ano, a despeito da orientação liberal dos grupos convocantes.

A indignação contra a corrupção é um dos motivos mais evidentes para a mobilização. Nas manifestações sempre estavam presentes cartazes sobre a operação Lava-Jato, por exemplo. O PT, e principalmente o ex-presidente Lula, apareciam como símbolos da corrupção política. Os líderes dos protestos deixaram claro que estavam sendo seletivos ao não mencionar os escândalos de corrupção envolvendo outros partidos<sup>16</sup>, mas será que essa seletividade se estendia aos manifestantes? Foi medida a percepção da gravidade de escândalos de corrupção, que envolviam políticos da situação e da oposição para ver se haveria grande variação entre eles. Evidenciou-se elevado índice de percepção de gravidade nos escândalos que envolviam a oposição, como o do Metrô/CPTM, com 87%, e o Mensalão tucano, com 80%. O índice dos dois casos estava um pouco abaixo daqueles dos escândalos envolvendo políticos do PT, como o Lava Jato e o Mensalão do PT, aos quais 99% dos manifestantes atribuíram gravidade.

**Tabela 6**  
**Gravidade de escândalos de corrupção (%)**

|               | Lava Jato | Zelotes | Metrô/CPTM | Mensalão PT | Mensalão tucano |
|---------------|-----------|---------|------------|-------------|-----------------|
| Grave         | 99,00     | 58,80   | 87,40      | 99,30       | 80,20           |
| Não grave     | 00,50     | 03,00   | 04,90      | 00,20       | 06,70           |
| Não sei       | 00,20     | 38,00   | 07,40      | 00,20       | 12,60           |
| Não respondeu | 00,20     | 00,20   | 00,20      | 00,20       | 00,50           |

Investigamos em seguida a percepção dos manifestantes quanto ao envolvimento de políticos dos dois campos com corrupção. Neste caso, as variações foram bem maiores e algo surpreendentes. Cerca 60% dos manifestantes não percebiam ou não sabiam do envolvimento de Aécio Neves e Geraldo Alckmin com corrupção, mas 77% acreditavam que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tinha envolvimento, embora não houvesse nenhuma suspeita que ligasse ele a qualquer escândalo de corrupção na imprensa. Acreditamos que a desconfiança deve-se à vinculação do prefeito ao PT.

Investigamos também a insatisfação com o atual sistema político, declarada por 96% dos manifestantes, e que tipo de saída para a crise estes apontam. Em particular, queríamos investigar se prevaleciam alternativas an-

**Tabela 7**  
**Percepção do envolvimento de políticos com corrupção (%)**

|               | <b>Dilma Rousseff</b> | <b>Geraldo Alckmin</b> | <b>Fernando Haddad</b> | <b>Aécio Neves</b> | <b>Eduardo Cunha</b> | <b>Renan Calheiros</b> |
|---------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------|----------------------|------------------------|
| Sim           | <b>89,60</b>          | 41,70                  | <b>77,00</b>           | 37,80              | <b>70,90</b>         | <b>93,80</b>           |
| Não           | 04,70                 | <b>36,30</b>           | 09,60                  | <b>35,80</b>       | 08,10                | 00,70                  |
| Não sei       | 05,40                 | <b>21,70</b>           | 13,10                  | <b>26,20</b>       | 20,70                | 05,20                  |
| Não respondeu | 00,20                 | <b>00,20</b>           | 00,20                  | <b>00,20</b>       | 00,20                | 00,20                  |

tipológicas, como entregar o poder para um juiz honesto, para os militares ou para alguém de fora do sistema político, ou se prevaleciam alternativas que buscavam o aprofundamento da democracia, como aumento de consultas diretas como os plebiscitos ou o fortalecimento de ONGs e movimentos sociais. Os resultados foram ambivalentes. Pouco mais da metade dos manifestantes concordavam total ou parcialmente em entregar o poder para um juiz honesto ou para alguém de fora do jogo político. Por outro lado, 76% concordavam total ou parcialmente em tomar decisões políticas por consultas diretas, e 59% em fortalecer ONGs e movimentos. Felizmente, uma sólida maioria de 71% rejeitava a passagem do poder aos militares.

**Tabela 8**  
**Alternativas para a crise política (%)**

|                     | Entregar o poder para um político honesto | Entregar o poder para alguém fora do jogo político | Entregar o poder para os militares | Entregar o poder para um juiz honesto | Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos | Fortalecer organizações como ONGs e movimentos sociais |
|---------------------|---|--|------------------------------------|---------------------------------------|---|--|
| Concordo totalmente | <b>64,20</b>                              | <b>27,70</b>                                       | 13,10                              | <b>43,70</b>                          | <b>40,50</b>  | <b>27,90</b>   |
| Concordo em parte   | 23,50                                     | <b>28,90</b>                                       | 15,10                              | <b>20,00</b>                          | <b>36,30</b>  | <b>31,40</b>   |
| Não concordo        | 10,60                                     | 38,50  | <b>71,10</b>                       | 32,80                                 | 21,00   | 39,80  |
| Não sei             | 01,70                                     | 04,70  | 00,20                              | 03,00                                 | 02,00   | 00,50  |
| Não respondeu       | 00,00                                     | 00,20  | 00,50                              | 00,50                                 | 00,20   | 00,50  |

O resultado mais surpreendente ocorreu quando investigada a hipótese de que, contrário a todas as aparências, a opinião dos manifestantes no tocante a direitos sociais fundamentais poderia ser progressista, como parte do legado de junho de 2013, isto é, que a defesa dos serviços públicos aventada nas manifestações de dois anos atrás poderia também estar presente na opinião dos manifestantes de 2015, a despeito do antipetismo e da orientação liberal e conservadora dos grupos que convocavam os protestos.

Perguntamos aos manifestantes sua concordância com sentenças que defendiam a universalidade e a gratuidade de três serviços públicos: saúde, educação e transporte – os três serviços públicos que haviam aparecido mais



frequentemente nas manifestações de junho de 2013. O grau de concordância foi muito alto. Cerca de 97% dos manifestantes concordava total ou parcialmente tanto com a universalidade, como com a gratuidade dos serviços públicos de saúde e educação, e mesmo a demanda por tarifa zero nos transportes públicos contava com a concordância total ou parcial de 50% dos manifestantes.

**Tabela 9**  
**Concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos (%)**

|                     | O estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros | Os serviços de saúde devem ser gratuitos | O estado deve prover educação para todos os brasileiros | A educação pública deve ser gratuita | O estado deve prover transporte coletivo para todos os cidadãos | O transporte público, como o ônibus e o metrô, deve ser gratuito |
|---------------------|--|--|---|--------------------------------------|---|--|
| Concordo totalmente | 88,60  | 74,30                                    | 92,30   | 86,90                                | 72,10   | 21,00  |
| Concordo em parte   | 07,90  | 21,70                                    | 05,40   | 09,60                                | 17,50   | 29,40  |
| Não concordo        | 03,20  | 03,70                                    | 02,00   | 03,20                                | 10,10   | 48,90  |
| Não sei             | 00,00  | 00,00                                    | 00,00   | 00,00                                | 00,00   | 00,50  |
| Não respondeu       | 00,20  | 00,20                                    | 00,20   | 00,20                                | 00,20   | 00,20  |

## Conclusões

Um dos objetivos da pesquisa realizada com manifestantes que protestavam contra a presidenta Dilma Rousseff em 2015, na Avenida Paulista, foi verificar se era apropriado tomar a posição política dos líderes destes protestos, que vêm da nova direita liberal e do neoconservadorismo, para entender a disposição e o sentido político dos manifestantes. A insatisfação e a descrença destes, como os resultados da pesquisa demonstram, extrapolam o PT, se estendendo a todo o sistema político. A despeito das manobras das lideranças, os manifestantes entendiam que a corrupção – principal queixa nos protestos – não estava restrita ao governo federal, mas estava espalhada nas outras esferas de poder e nos outros partidos, inclusive no PSDB, no qual a maioria dos manifestantes tinha votado.

Por fim, a despeito da agenda de Estado mínimo e privatizações dos grupos que convocavam as manifestações, os manifestantes eram ainda fiéis às demandas de consolidação, ampliação e melhoria dos serviços públicos que tinham emergido em junho de 2013. Ao contrário do estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres, há um notável consenso entre os manifestantes a favor dos direitos sociais fundamentais.

Como essa crença pode então estar combinada com uma liderança ultraliberal, com um sentimento antipetista e uma admiração pelo comentarismo neoconservador? Acreditamos que o paradoxo seja um legado do ciclo de

protestos de junho de 2013 . Na ausência de grupos progressistas desvinculados dos partidos políticos, para além do MPL, que fossem capazes de dar orientação e liderança para a indignação que foi despertada, os grupos liberais e conservadores se aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação.

## RESUMO

---

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em São Paulo nos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015. Através da aplicação de questionários, buscou-se questionar o senso comum que acompanha estes protestos, e tende a simplificar o fenômeno social que representam. As principais hipóteses comprovadas foram: 1) que o descontentamento e desconfiança dos manifestantes não se restringem ao Partido dos Trabalhadores, mas se estendem ao sistema político como um todo; 2) embora os grupos que convocam as manifestações tenham uma orientação ideológica liberal e privatizante, os manifestantes não compartilham esta visão, defendendo um Estado que forneça educação, saúde e transporte públicos.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Manifestações, desconfiança, serviços públicos.

*The new rights on the streets? Analysing the gap between protesters and leaders in 2015 antigovernment protests.*

## ABSTRACT

---

This paper is the result of a field research during the demonstrations in São Paulo for the impeachment of President Dilma Rousseff in April 12 and August 16, 2015. By applying surveys, we seek to question the common sense around these protests which simplifies the complexity of this social phenomenon. Our main hypotheses are: 1) discontent and distrust of protesters are not restricted to the Workers Party (PT), but extends to the political system as a whole, 2) although the groups that summon the demonstrations have a liberal and privatizing ideology, protesters do not share this opinion, supporting that the State must provide public education, public health and public transportation.

## KEYWORDS

---

Demonstrations; distrust; public services.

## NOTAS

---

1. Professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Contato do autor: paort@usp.br.
2. Professora doutora em Ciências Sociais, vinculada ao departamento de Relações

Internacionais da UNIFESP. Contato da autora: [prof.esther.solano@gmail.com](mailto:prof.esther.solano@gmail.com).

3. As pesquisas foram realizadas sob a coordenação dos autores e da cientista política Lucia Nader, com apoio da Fundação Ford. Nas manifestações dos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015 aplicamos, respectivamente, 571 e 405 questionários nos manifestantes presentes na avenida Paulista. As abordagens limitaram-se aos manifestantes maiores de 16 anos, foram aleatórias e distribuídas por toda a extensão da avenida, no período das 12 horas às 17 horas e 30 minutos. A margem de erro para a primeira pesquisa foi de até 2,1% e da segunda de até 4,5%. A margem foi calculada sobre a estimativa total de manifestantes do Datafolha (100 mil manifestantes no protesto do dia 12 de abril e 135 mil no do dia 16 de agosto). Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis em: <http://www.lage.ib.usp.br/manif/> e <http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>.

4. Disponível em <http://direitosp.fgv.br/publicacoes/ipcl-brasil>.

5. Por exemplo, a pesquisa do Datafolha, Protestos sobre o aumento de tarifa dos transportes II, de 18/06/2013 e a pesquisa do Ibope Inteligência de junho de 2013, Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações.

6. Para um balanço em português do debate, veja MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, n. 65, agosto de 2005, p. 71-94.

7. Pesquisa Datafolha Manifestação na Avenida Paulista, 15/03/2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>

8. Oitenta e dois por cento se declararam votantes de Aécio Neves, candidato do PSDB, no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

9. Partido em processo de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no momento analisado neste estudo. Obteve registro em setembro de 2015.

10. Os três primeiros partidos (PT, PSDB e PMDB) são os de maior representatividade no Congresso. Incluímos adicionalmente dois partidos que exploram uma identidade antissistêmica: a Rede e o PSOL.

11. O critério para a apresentação dos políticos foi o seguinte: candidatos à presidente na eleição de 2014 (Aécio Neves e Dilma Rousseff), o presidente da Câmara dos Deputados e terceiro na linha de sucessão presidencial (Eduardo Cunha), o prefeito e o governador de São Paulo (Geraldo Alckmin e Fernando Haddad), expoentes do debate sobre liberdades individuais no Congresso, nos dois lados do espectro (pastor Everaldo e Jean Wyllys), líderes dos dois principais partidos políticos (Lula e José Serra) e líderes dos dois partidos com identidade antissistêmica (Luciana Genro e Marina Silva).

12. Por exemplo, OFFE Clauss. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. *Social Research*, vol. 52, n. 4, 1985 e, mais recentemente, POLLETTA, Francesca. *Freedom Is an Endless Meeting*. Chicago: Chicago University Press, 2002.

13. Os movimentos sociais inseridos nos questionários foram os convocantes da manifestação (Vem para a Rua, Revoltados Online e MBL); os movimentos sociais mais atuantes direta ou indiretamente associados ao PT (MST, MTST); e o MPL, principal convocante dos protestos de junho de 2013.

14. A apresentação dos veículos buscou equilibrar abrangência nacional, orientação política e diversidade dos meios: jornais impressos, revistas, jornais televisivos e sites de notícias estrangeiros.

15. A seleção dos comentaristas para constar dos questionários buscou equilibrar o meio (televisivo e impresso) e o posicionamento político destes, incluindo matizes que vão da extrema-esquerda à extrema direita.

16. Verificado em entrevistas à imprensa, por exemplo, “Movimento Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o final do ano’”. *El País*, 15 de agosto de 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832\\_993126.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832_993126.html)>

17. Sobre a mudança de pauta nos protestos de 2013 que pode estar na gênese da apropriação liberal e conservadora do “espírito de junho”, veja JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

## **Fora da polarização: secundaristas e Marcha da Maconha compõem polo de mobilização fora das disputas em torno do impeachment**

Uma das consequências mais dramáticas do ilegítimo processo de impeachment que Brasil está passando é a binarização social em dois supostos bandos enfrentados, não de adversários e sim de inimigos. Neste cenário é muito difícil estabelecer as bases de um debate que nos possibilite avançar para além da infantilização e o empobrecimento de avaliações sobre a situação do país. Pensamos que a academia não deve nunca cair nesta dialética do inimigo, autoritária, que simplifica os fatos, reproduz estigmas falsos, ataca desqualificando e insultando e não confrontando ideias, silencia e não contribui para qualificar um debate tão urgente e necessário se queremos que a democracia brasileira se fortaleça. Apoiamos a crítica sempre, ainda mais diante de processos ilegítimos escondidos embaixo de certos mantras como “a luta contra a corrupção”, mas crítica com conteúdo.

Neste sentido apresentamos nossa última pesquisa para explicar que a polarização “coxinhas-petralhas” que está sendo apresentada como divisor social na verdade não corresponde à situação real que é muito mais complexa e não responde a simplificações

Nos últimos dias, a cidade de São Paulo foi palco de duas mobilizações que pediam a ampliação de direitos: no dia 14 de maio, a marcha que pedia a legalização da maconha e, no dia 19, a passeata dos secundaristas que se opunha aos cortes para a educação do governo do Estado de São Paulo. As duas mobilizações mostraram um perfil semelhante e muito diferente daquelas que apoiavam ou eram contrárias ao impeachment. Elas foram compostas de manifestantes bem mais jovens (muitos deles adolescentes) e com renda familiar mais baixa. Como os pró-impeachment, desconfiam de todos os partidos políticos e acreditam que o PT é corrupto; como os anti-impeachment desconfiam bastante dos meios de comunicação e consideram importantes os ganhos sociais da era Lula-Dilma. Além disso, defendem com clareza a independência dos movimentos dos partidos políticos.

A pesquisa foi conduzida durante a marcha da maconha que partiu da avenida Paulista no dia 14 de maio e durante a passeata dos secundaristas que também partiu da avenida Paulista no dia 19. Na primeira manifestação, foram aplicados 557 questionários e a margem de erro é de 4,2%; na segunda, foram aplicados 509 questionários e a margem é de 4,3%.

Nos questionários, reapresentamos questões que já havíamos aplicado a manifestantes anti-Dilma e manifestantes anti-impeachment -- nosso objetivo era entender de que maneira o perfil dos manifestantes desses dois movimentos (secundaristas e ativistas a favor da legalização da maconha) divergia ou convergia com os dos dois grupos que já havíamos estudado.

### **Caracterização socio-econômica**

Os dois grupos estudados apresentaram um perfil semelhante entre si e distinto dos grupos anti-impeachment e anti-Dilma. A idade média tanto da marcha da maconha quanto dos secundaristas é de pouco mais de vinte anos com 84,7% e 89,9% dos manifestantes abaixo dos 30 anos. 36,4 e 33,6% são negros e pardos e 41,3% e 46% tem

renda familiar de até 3 salários mínimos. Como parâmetro de comparação, o perfil do manifestante do ato anti-impeachment de 31 de março é de 31,3% de manifestantes com até 30 anos, 34,9% de negros e pardos e 23,8% com renda familiar de até 3 salários mínimos.

### **Confiança nas instituições**

Tanto os manifestantes que defendem a legalização da maconha como os estudantes secundaristas apresentam descrença generalizada nas instituições, mas, em relação aos outros dois grupos estudados (anti-impeachment e anti-Dilma) a intensidade desta descrença tem um perfil misto. Com relação a partidos políticos, eles tem 70,6% e 58,7% de desconfiança e 28,4% e 39,7% de pouca confiança -- um perfil parecido com os manifestantes anti-Dilma que estudamos em 15 de abril de 2015 (73,2% de desconfiança e 25,2% de pouca confiança). Já com relação a imprensa, eles tem 62,8% e 68,6% de desconfiança e 35,9% e 30,6% de pouca confiança -- perfil semelhante aos manifestantes anti-impeachment de 31 de março (85,4% de desconfiança e 13,6% de pouca confiança). Em resumo, enquanto esses movimentos de jovens tem desconfiança intensa e generalizada tanto em partidos como na imprensa, os anti-impeachment tem menos desconfiança dos partidos e os anti-Dilma menos desconfiança na imprensa.

### **Comportamento eleitoral e participação na crise política**

A pouca idade dos dois grupos fez com que uma parcela significativa não tivesse votado nas últimas eleições presidenciais, mas entre os que votaram, a maioria votou nos candidatos de esquerda, Dilma Rousseff (29,2% na marcha da maconha e 30,3% entre os secundaristas) e Luciana Genro (20,7% e 31,8%), com expressivo número de votos nulos em terceiro lugar (13,6% e 11,8%). Com relação a participação nas marchas pró e anti-impeachment, houve diferença notável nos dois grupos. Enquanto os manifestantes da marcha da maconha se distribuíram entre os que foram a marcha pró-impeachment (14,2%), os que foram as marchas anti-impeachment (27,8%) e os que foram a manifestação pedindo o fora todos (13,3%), os secundaristas tiveram um perfil mais contrário ao impeachment, com apenas 5,1% participando de manifestação pró-impeachment, consideráveis 45,8% participando de atos anti-impeachment e 13,9% pedindo o fora todos.

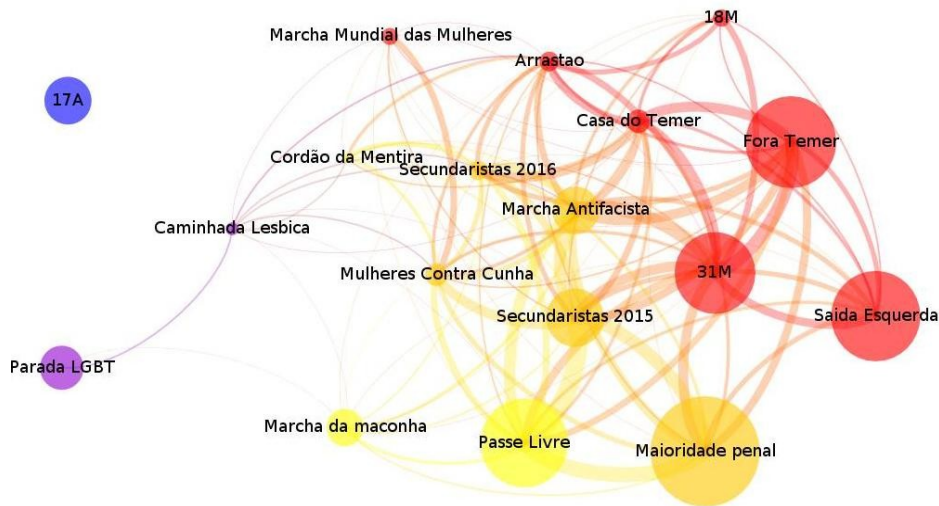
Embora secundaristas tenham participado em grande número de atos anti-impeachment, eles não parecem ter se engajado no debate polarizado que opunha de um lado, a tese de que o PT era essencialmente corrupto e, de outro, que ele tinha trazido grandes ganhos sociais para o país. Tanto os participantes da marcha da maconha como os secundaristas mostraram grande adesão as duas afirmações: 89,4% e 87,2% concordaram totalmente ou em parte que “o PT é um partido corrupto”, mas, ao mesmo tempo, 90,2% e 96,4% concordaram totalmente ou em parte que “conquistas do governo do PT como o Bolsa Família, o FIES e o Minha Casa Minha Vida melhoraram a vida dos brasileiros”.

### **Autonomia dos movimentos**

Finalmente, investigamos em que medida participantes da marcha da maconha e da manifestação dos secundaristas concordavam com teses geralmente associadas ao autonomismo. 41,1% e 64% não concordaram e 33,2% e 25,9% concordaram apenas em parte que “não há grandes diferenças entre governos de esquerda e governos de direita”.

No entanto, 68% e 62,3% concordaram totalmente que “movimentos sociais deveriam ser independentes de partidos políticos.”

Essa ultima afirmação corrobora uma análise de rede que realizamos com pessoas que confirmaram participação em manifestações em São Paulo no Facebook no segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016 e que mostram que há dois *clusters* de mobilização razoavelmente separados mas também interligados e sobrepostos: um *cluster* (vermelho) em torno dos atos em defesa do governo Dilma e contrários ao “golpe” e outro (amarelo) em torno dos movimentos autônomos. Bem separados, estão a Parada Gay (roxo) e a manifestação anti-impeachment (azul). O tamanho dos círculos é proporcional ao número de confirmados e a largura dos traços e a distância mostram o número de pessoas que está simultaneamente num e noutro.



## 2016: o ano da polarização?

**Esther Solano, Pablo Ortellado e Marcio Moretto**

**MARÇO DE 2017**

■ Como funciona a dinâmica de polarização da sociedade brasileira - cristalizada em 2016 – expressada nas manifestações de rua e nas redes sociais? Como foram construídos e qual é o alcance desses dois polos da disputa? De um lado os manifestantes “verde-amarelos” exigindo o impeachment - para os quais o PT é o partido mais corrupto do Brasil e que definem sua identidade de direita ou conservadora não sobre pautas programáticas e sim sobre um antipetismo - e, do outro lado, os manifestantes que se identificam com o campo progressista, com críticas ou não ao papel do petismo e sua dimensão histórica, que defendem que o impeachment é um golpe e portanto, uma agressão antidemocrática.

■ Qual foi o papel dos grupos organizados de direita liberal como MBL ou Vem para a Rua na construção de um debate que canalizou a insatisfação política no antipetismo? Como foi desenvolvida a estratégia populista de direita que teve no antipetismo e na luta contra a corrupção seus grandes significantes?

■ Ao mesmo tempo, esta polarização não tem uma réplica exata na população não mobilizada; população que não tem consenso sobre se foi golpe ou impeachment, mas que não acredita no discurso da vitimização do PT. Tampouco compartilha o consenso liberal econômico atual dos grupos organizadores dos protestos pró-impeachment e o governo Temer, e cujos cidadãos de menor renda se identificam com valores que a bancada evangélica mobiliza; numa clara penetração de questões morais-religiosas na política nestes grupos. Porém, o antipetismo se coloca como o valor que articula a identidade de aqueles que se definem como de direita, mostrando, que, como conceito, tem uma grande capacidade de criar consenso entre aqueles que não se identificam com a esquerda ou o progressismo.

■ A população brasileira mais jovem não está totalmente inserida nesta dinâmica de polarização, porque não tem no PT um centro simbólico organizador da vida política, como a geração anterior, com faixa etária média de 40 anos, que é a tipicamente mobilizada em torno a este tema. Os mais jovens ficam mais a margem da identificação com as narrativas de “vitimização petista” versus “o PT é o partido mais corrupto de Brasil”.





## Sumário

---

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b> .....   | <b>5</b>  |
| <b>Os jovens mobilizados fora da polarização</b> .....                | <b>6</b>  |
| <i>Caracterização socioeconômica</i> .....                            | <i>7</i>  |
| <i>Confiança nas instituições</i> .....                               | <i>7</i>  |
| <i>Comportamento eleitoral e participação na crise política</i> ..... | <i>7</i>  |
| <i>Autonomia dos movimentos</i> .....                                 | <i>8</i>  |
| <i>Principais observações</i> .....                                   | <i>8</i>  |
| <b>A polarização no Facebook: o PT no centro do debate</b> .....      | <b>8</b>  |
| <i>Seleção das páginas no Facebook e coleta dos dados</i> .....       | <i>9</i>  |
| <i>Construção do grafo</i> .....                                      | <i>9</i>  |
| <i>Principais observações</i> .....                                   | <i>12</i> |
| <b>Paulistano é conservador, mas não neoliberal</b> .....             | <b>12</b> |
| <i>Principais observações</i> .....                                   | <i>17</i> |
| <b>Resumo final das três pesquisas</b> .....                          | <b>18</b> |
| <b>2017: do antipetismo à antipolítica?</b> .....                     | <b>18</b> |





## Apresentação

Junho de 2013 marcou um ponto de inflexão na história brasileira. Nas ruas convergiram grupos autonomistas, como o Movimento Passe Livre (MPL), a esquerda clássica brasileira nas figuras de sindicatos, movimentos tradicionais ou partidos políticos e pessoas que já utilizaram a estética nacionalista em suas reivindicações. Por outro lado, na multiplicidade das pautas mobilizadas já se encontravam a petição por serviços públicos de qualidade e a questão da moralidade da política com o tema da anticorrupção. Entre junho de 2013 e meados de 2016, enquanto a esquerda brasileira não conseguia dar resposta apropriada a estas insatisfações, movimentos identificados como de direita liberal, Movimento Brasil Livre (MBL) ou Vem Pra Rua, canalizaram este sentimento de frustração e descontentamento cidadão contra o sistema político, em seu conjunto, num forte sentimento antipetista. Começava uma dinâmica de polarização nas redes e nas ruas, cujo centro simbólico era o PT: uma parte da sociedade mobilizada fazia do petismo o alvo de suas críticas, pedindo o impeachment da presidente e outro setor mobilizado respondia impulsionando a narrativa do golpe e defendendo a normalidade institucional e democrática. Neste cenário, grupos como o MBL, utilizaram um discurso populista de direita, com grandes significantes aglutinadores, como *antipetismo* ou *corrupção*, para comunicar e mobilizar grandes segmentos da população, moralizando ainda mais o debate em torno do tema da corrupção e potencializando pautas conservadoras. Uma direita brasileira liberal, a favor de reformas econômicas e sociais de corte neoliberal<sup>1</sup> que, em vez de colocar no centro da agenda a pauta sobre as medidas econômi-

cas liberais, utiliza as estratégias do populismo, a moralização da política e a exaltação do poder judiciário que deve “limpar Brasil”, para convocar a população às ruas.

Neste sentido, nos interessa estudar melhor como funciona esta dinâmica nítida de polarização em 2016, presente nas manifestações e nas redes sociais. Um fenômeno relacional, onde a própria identidade se define a partir do oposto, da negação da identidade alheia. Por um lado, os manifestantes verde-amarelos exigindo o impeachment, para os quais o PT é o partido mais corrupto de Brasil e que definem sua identidade de direita ou conservadora não sobre pautas programáticas e sim sobre um antipetismo, que é o conceito que os une e que dá coesão a sua identidade. Por outro, os manifestantes que se identificam com o campo progressista, com críticas ou não ao papel do petismo e sua dimensão histórica, que defendem que o impeachment seria um golpe e, portanto uma agressão antidemocrática. Entre eles, um grande grupo minimiza a importância da participação do PT nos esquemas de corrupção, defendendo o discurso de que o partido seria vítima de uma confluência de forças entre elites, imprensa e poder judiciário. No centro das narrativas, para ambos os lados, o PT.

Durante os anos 2015 e 2016, realizamos uma série de estudos sobre as manifestações pró e anti-impeachment na cidade de São Paulo<sup>2</sup>. Continuando com este trabalho, os dados e a reflexão que aqui apresentamos se estruturam em três blocos de pesquisa, que buscam entender com mais detalhe este ciclo de mobilizações com a figura do PT em seu centro simbólico. As perguntas que tentamos responder são as seguintes:

1. Proposta de Emenda Constitucional, aprovada em 13 de dezembro de 2016, que determina um teto para os gastos públicos por um período de 20 anos a partir de janeiro de 2017.

2. Resultados completos de todas as pesquisas, incluindo as atuais, disponível em: <http://gpapai.usp.br/pesquisa/>



- A polarização relativa à questão do impeachment e o petismo atinge todos os grupos sociais mobilizados ou temos outras dinâmicas de manifestações que não se encaixam no modelo da polarização?

- Como se organiza o atual debate político no Facebook? Ele é um debate polarizado que tem também no seu centro a discussão sobre o papel do PT?

- Que impacto têm as pautas e narrativas políticas dinamizadas pelos grupos mais organizados na configuração da identidade política da sociedade como um todo? Os debates atuais de maior visibilidade sobre medidas liberais econômicas, conservadorismo, punitivismo, políticas sociais, discurso evangélico, narrativas golpe-impeachment têm ressonância na sociedade não mobilizada?

## Os jovens mobilizados fora da polarização

**“Hipótese: os jovens mobilizados não se encaixam exatamente no perfil da polarização ‘vermelhos’ versus ‘verde-amarelos’ presente nas manifestações anti e pró-impeachment.**

Durante os protestos anti-Dilma (12 de abril de 2015 e 16 de agosto de 2015) e anti-impeachment (31 de março de 2016), aplicamos uma série de questionários para entender melhor o perfil socioeconômico dos manifestantes e sua identidade política.

Um dado que chamou a atenção foi que a idade média dos manifestantes presentes era de 44 anos para os anti-Dilma, com presença de 6.30% e 4.70% de jovens de 16 a 20 anos em cada um dos protestos e 40 anos para os anti-impeachment e com 7.90 de jovens entre 16 a 20 anos.

A pouca presença de jovens levou-nos a questionar se a mobilização em torno da figura do PT e a consequente polarização seria uma questão que define melhor uma faixa etária mais adulta. A explicação mais coerente deste fenômeno é que o PT se colocou no centro da construção da simbologia partidária e política para toda uma geração, inclusive para configurar uma identidade política antipetista. A maioria dos mais jovens, porém, estão fora desta disputa simbólica, o PT já não organiza e não é o centro de sua organização como atores políticos. Jovens e adolescentes estão nas ruas por diversas pautas, porém, muitos deles fora do debate do impeachment e sem entrar na dinâmica da polarização dos protestos de 2015 e 2016. Como esses jovens pensam a dinâmica petismo-antipetismo e como se colocam neste debate?

Em maio de 2016, a cidade de São Paulo foi palco de duas mobilizações, que pediam a ampliação de direitos: no dia 14, a marcha que pedia a legalização da maconha e, no dia 19, a passeata dos secundaristas que se opunha aos cortes para a educação do governo do Estado de São Paulo.

A pesquisa foi conduzida durante a marcha da maconha que partiu da Avenida Paulista no dia 14 de maio e durante a passeata dos secundaristas que também partiu da Avenida Paulista no dia 19. Na primeira manifestação, foram aplicados 557 questionários e a margem de erro é de 4,2%; na segunda, foram aplicados 509 questionários e a margem é de 4,3%.

Nos questionários, rerepresentamos questões que já havíamos aplicado a manifestantes anti-Dilma e manifestantes anti-impeachment. Nosso objetivo era entender de que maneira o perfil dos manifestantes desses dois movimentos (secundaristas e ativistas a favor da legalização da maconha) divergia ou convergia com o dos dois grupos que já havíamos estudado.



Supomos, também, que o PT não é mais o organizador central do debate político para a geração mais nova, engajada em lutas progressistas, que se configura cada vez mais em organizações autonomistas desvinculadas da lógica partidária, sendo outro campo de organização coletiva, formada por atores mais novos.

As duas mobilizações mostraram um perfil semelhante e muito diferente daquelas mobilizações que apoiavam ou eram contrárias ao impeachment. Elas foram compostas de manifestantes bem mais jovens (muitos deles adolescentes) e com renda familiar mais baixa. Como os pró-impeachment, desconfiam de todos os partidos políticos e acreditam que o PT é corrupto; como os anti-impeachment desconfiam bastante dos meios de comunicação e consideram importantes os ganhos sociais da era Lula-Dilma. Além disso, defendem com clareza a independência dos movimentos dos partidos políticos.

### **Caracterização socioeconômica**

Os dois grupos estudados apresentaram um perfil semelhante entre si e distinto dos grupos anti-impeachment e anti-Dilma. A idade média tanto da marcha da maconha quanto dos secundaristas é de pouco mais de 20 anos com 84,7% e 89,9% dos manifestantes abaixo dos 30 anos. 36,4 e 33,6% são negros e pardos e 41,3% e 46% têm renda familiar de até 3 salários mínimos. Como parâmetro de comparação, o perfil do manifestante do ato anti-impeachment de 31 de março é de 31,3% de manifestantes com até 30 anos, 34,9% de negros e pardos e 23,8% com renda familiar de até 3 salários mínimos.

### **Confiança nas instituições**

Tanto os manifestantes que defendem a legalização da maconha como os estudantes secundaristas

apresentam descrença generalizada nas instituições, mas, em relação aos outros dois grupos estudados (anti-impeachment e anti-Dilma) a intensidade desta descrença tem um perfil misto. Com relação a partidos políticos, eles têm 70,6% e 58,7% de desconfiança e 28,4% e 39,7% de pouca confiança -- um perfil parecido com os manifestantes anti-Dilma, que estudamos em 15 de abril de 2015 (73,2% de desconfiança e 25,2% de pouca confiança). Já com relação à imprensa, eles têm 62,8% e 68,6% de desconfiança e 35,9% e 30,6% de pouca confiança -- perfil semelhante aos manifestantes anti-impeachment de 31 de março (85,4% de desconfiança e 13,6% de pouca confiança). Em resumo, enquanto esses movimentos de jovens têm desconfiança intensa e generalizada tanto em partidos como na imprensa, os anti-impeachment têm menos desconfiança dos partidos e os anti-Dilma menos desconfiança da imprensa.

### **Comportamento eleitoral e participação na crise política**

A pouca idade dos dois grupos fez com que uma parcela significativa não tivesse votado nas últimas eleições presidenciais, mas entre os que votaram, a maioria votou nos candidatos de esquerda, Dilma Rousseff (29,2% na marcha da maconha e 30,3% entre os secundaristas) e Luciana Genro (20,7% e 31,8%), com expressivo número de votos nulos em terceiro lugar (13,6% e 11,8%). Com relação à participação nas marchas pró e anti-impeachment, houve diferença notável nos dois grupos. Enquanto os manifestantes da marcha da maconha se distribuíram entre os que foram à marcha pró-impeachment (14,2%), os que foram às marchas anti-impeachment (27,8%) e os que foram à manifestação pedindo “o fora todos” (13,3%), os secundaristas tiveram um perfil mais contrário ao impeachment, com apenas 5,1% participando de manifestação



pró-impeachment, consideráveis 45,8% participando de atos anti-impeachment e 13,9% pedindo “o fora todos”.

Embora os secundaristas tenham participado em grande número de atos anti-impeachment, não parecem ter se engajado no debate polarizado que opunha de um lado, a tese de que o PT era essencialmente corrupto e, de outro, que tinha trazido grandes ganhos sociais para o país. Tanto os participantes da marcha da maconha como os secundaristas mostraram grande adesão às duas afirmações: 89,4% e 87,2% concordaram totalmente ou em parte que “o PT é um partido corrupto”, mas, ao mesmo tempo, 90,2% e 96,4% concordaram totalmente ou em parte que “conquistas do governo do PT como o Bolsa Família, o FIES e o Minha Casa Minha Vida melhoraram a vida dos brasileiros”.

### **Autonomia dos movimentos**

Finalmente, investigamos em que medida participantes da marcha da maconha e da manifestação dos secundaristas concordavam com teses geralmente associadas ao autonomismo. 41,1% e 64% não concordaram e 33,2% e 25,9% concordaram apenas em parte que “não há grandes diferenças entre governos de esquerda e governos de direita”. No entanto, 68% e 62,3% concordaram totalmente que “movimentos sociais deveriam ser independentes de partidos políticos.”

### **Principais observações**

*Os protestos estudados são formados por uma geração mais nova, que não se define na identidade política polarizada impeachment-golpe, cujo centro organizador é a figura do PT. Estes jovens têm desconfiança generalizada tanto nos partidos quanto*

*na imprensa, a maioria votou em partidos de esquerda na eleição para presidente (divididos entre o PT e PSOL) e colocam-se contrários ao impeachment. Os secundaristas mobilizaram-se bastante contra o impeachment: 45,8% participaram de algum ato anti-impeachment e 27,8% na marcha da maconha. Embora haja rejeição ao impeachment e à mobilização, sobretudo entre estudantes, estes grupos parecem não se encaixar na lógica da polarização nem aderem totalmente à narrativa PT corrupto versus PT vítima. Quase 90% de ambos os protestos concordam total ou parcialmente com a ideia de que o PT é corrupto, por outro lado, mais de 90% afirmam que as políticas do PT melhoraram a vida dos brasileiros. Existe um reconhecimento da importância do petismo para o país, mas também uma adesão à ideia de que o PT se transformou num partido corrupto.*

*Finalmente, mais de 60% concordaram totalmente com a afirmação de que os movimentos sociais deveriam ser autônomos de partidos políticos, prezando a autonomia dos movimentos frente à lógica partidária.*

*-Os jovens mobilizados são contrários ao impeachment.*

*-Não aderem à lógica binária PT corrupto versus PT vítima.*

*-Acreditam que o PT melhorou a vida dos brasileiros, mas também que se transformou num partido corrupto.*

*- Acreditam que os movimentos sociais devem ser independentes dos partidos políticos.*

## **A polarização no Facebook: o PT no centro do debate**

**Hipóteses: O PT organiza a polarização no debate político das redes sociais entre aqueles com um forte sentimento antipetista e aqueles que se opõem ao mesmo, os anti-antipetistas.**



Nas pesquisas com aplicação de questionário nas manifestações pró e anti-impeachment, que realizamos nos dias 12 de abril de 2015 e 31 de março de 2016, ficou bastante claro que o Facebook é a plataforma preferencial das populações mobilizadas para se informarem sobre política. Para o dia 12 de abril, 47.30% dos manifestantes afirmaram informar-se muito sobre política no Facebook (56.20% por sites de jornais e TV e 26.60% por WhatsApp). Para o dia 31 de março, os dados são muito similares com 56.70% afirmando informar-se politicamente muito pelo Facebook. Postagens de uma enorme quantidade de páginas são lidas pelos manifestantes e por outros usuários, que disputam o discurso político nas redes sociais. Neste estudo, buscamos identificar como estão organizados os usuários politicamente engajados do Facebook. Partimos da hipótese de que tais usuários se organizam nas redes sociais em torno de certas páginas, formando comunidades de leitores que compartilham de valores comuns.

### **Seleção das páginas no Facebook e coleta dos dados**

A plataforma do Facebook permite que usuários e empresas criem páginas para promoção de conteúdos. Além de promover conteúdo, uma página pode expressar afinidade com outras páginas, por meio de uma curtida, formando assim uma rede de páginas. Fazendo uma busca em prioridade nessa rede (priorizando as páginas com mais curtidas de usuários), coletamos 66 mil páginas brasileiras de categorias relacionadas à política (*Organization, Cause, Politician*, etc.). Esse conjunto corresponde a todas as páginas com mais de 8 mil curtidas de usuários dentro da componente principal.

A estrutura das redes das páginas forma agrupamentos (*clusters*), que indicam aproximação entre páginas a partir da afinidade indica-

da pela própria página, ou mais precisamente seu administrador. Analisando essa estrutura de *clusters*, verificamos que as páginas se organizam em torno de grandes temas. O maior agrupamento, que corresponde a 14,7 mil páginas ou 22,25% da coleta, inclui as páginas que tratam de política em um sentido amplo: páginas de mídia, de políticos, de partidos, etc. Outros agrupamentos foram descartados por tratarem de temas fora do escopo da pesquisa, como frases para perfil, cristianismo, feminino, veículos e anime.

Desse conjunto de páginas, foram selecionadas aquelas com maior número de curtidas de usuários, aquelas com maior número de curtidas de outras páginas e aquelas mais relevantes na rede (considerando de relevância a métrica PageRank). Por fim, eliminamos manualmente páginas que não tratavam de política em âmbito nacional. Terminamos a seleção com um conjunto de 400 páginas.

Coletamos uma amostra de postagens desse conjunto de páginas do mês de Março de 2016. A amostragem intercalou dias da semana, dois períodos (manhã, tarde ou noite) em cada dia da semana, espalhados por todo o mês. A amostra contém 6,2 mil postagens. Por fim, coletamos as curtidas em cada uma dessas postagens. No total consideramos 11,3 milhões de curtidas de 3,8 milhões de usuários distintos.

### **Construção do grafo**

Um grafo é uma estrutura matemática formada por *nós* e *arestas* que ligam os nós. Os nós podem possuir atributos e as arestas podem ser ou não direcionadas e, também, podem possuir atributos como seu peso. Os nós no grafo que construímos representam páginas no Facebook, cujo principal atributo é o número de usuários que curtiu alguma das postagens





da amostra e, no diagrama, isso é representado pelo tamanho do nó. O peso de uma aresta ligando duas páginas representa o número de usuários, que curtiram postagens de ambas as páginas ao mesmo tempo, dividido pela união desses conjuntos. Matematicamente, se representarmos por A e B os conjuntos de usuários que curtiram alguma postagem da primeira e da segunda página respectivamente, o peso da aresta pode ser representado pela seguinte fórmula  $\frac{\#(A \cap B)}{\#(A \cup B)}$ .

Nos diagramas, as arestas muito leves foram omitidas e o peso das arestas aproxima os nós. Assim, páginas com maior número de leitores em comum estão mais próximas no grafo e comunidades de leitores formam agrupamentos no diagrama. Formalmente, a *modularidade* de um grafo, organizado em agrupamentos, corresponde à diferença da razão entre o número de arestas internas e externas aos agrupamentos e a mesma razão em um grafo aleatório. Nos diagramas, os agrupamentos estão coloridos com cores diferentes e buscam otimizar o grau de modularidade usando o algoritmo de Louvian.

Numa análise grosseira, observamos que as 400 páginas de conteúdo político selecionadas organizam-se em dois grandes blocos bastante distantes entre si, indicando uma grande polarização. A polarização que se observa nas manifestações contra o PT e contra o impeachment também se observa na rede social. Um dos polos, pintado de azul no diagrama, agrega páginas como Amigos da Rota, NOVO 30, Vem Pra Rua, Aécio Neves e Conversa com os Brasileiros. Esse polo é organizado pelas páginas com um discurso fortemente antipetista. O outro polo contém páginas como PT, Blog da Dilma Rousseff, Lula, Jean Wyllys e Feminismo Sem Demagogia. Esse polo se organiza em torno de páginas associadas ao PT, mas principalmente em oposição às páginas antipetistas. Poucas páginas estão entre os dois polos, algu-

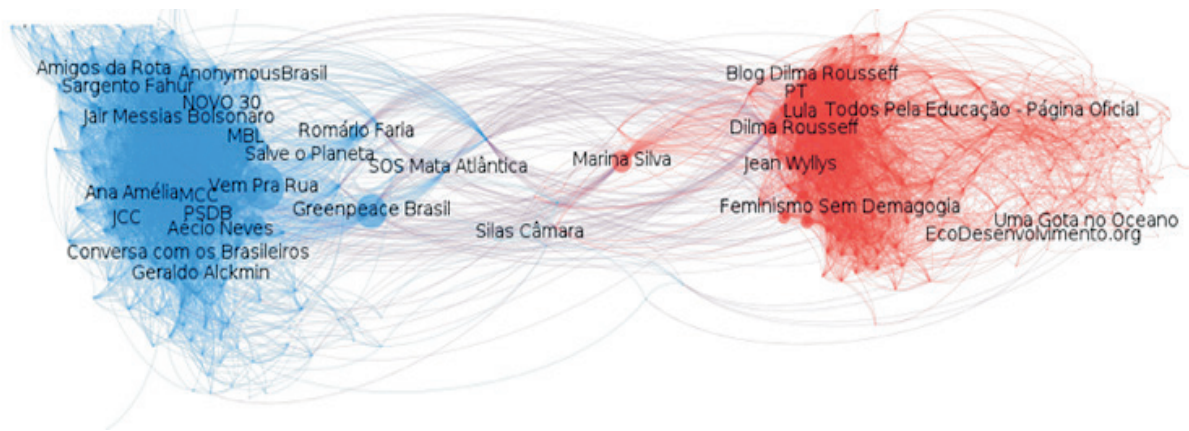
mas exceções são a página de Marina Silva, do deputado federal Silas Câmara e das ONGs ambientalistas Greenpeace e SOS Mata Atlântica. É interessante observar que esta polarização no espaço virtual se organiza em torno da figura do PT, que aparece no centro da dinâmica política da rede social: de um lado, as páginas com forte conteúdo antipetista, de outro, as páginas que se opõem a este discurso, as anti-antipetistas (já que neste grupo são encontradas não só páginas petistas como páginas autodenominadas de esquerda, que criticam o PT “pela esquerda”, mas se organizam contrariamente ao impeachment e à narrativa antipetista).

Outro dado relevante, quando comparamos os dois polos, é que o polo antipetista tem páginas que aparecem como grandes organizadoras hegemônicas do debate, com um grande número de curtidas, como a do MBL, Bolsonaro, o Vem Pra Rua. Já no anti-antipetista, existe uma dispersão maior das páginas, não havendo páginas que centralizem tanto a atuação da rede social.

Uma análise mais fina de cada um dos polos indica como eles se organizam internamente. O polo antipetista organiza-se em quatro agrupamentos principais. No centro, em vermelho, as páginas mais ativas são as anticorrupção e antipetistas como Movimento Brasil Livre, Movimento Contra a Corrupção e Vem Pra Rua. Os grupos em torno dessas páginas foram os protagonistas das manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. No topo, temos dois agrupamentos menores: em verde, as páginas que promovem o liberalismo econômico e o estado mínimo como a página do Partido Novo e a Socialista de iPhone e, bem próximo, o agrupamento conservador, em azul, marcado principalmente por páginas que enaltecem a polícia como Amigos da ROTA. Por fim, em rosa, as páginas dos partidos e políticos que



Figura 1



defenderam o impeachment da ex-presidente Dilma, como Ana Amélia Lemos, Geraldo Alckmin e Conversa com os Brasileiros.

A análise mais fina do polo anti-antipetista indica a organização em três clusters. O

principal, que contém as páginas com mais usuários ativos, está pintado em vermelho. Esse agrupamento contém as páginas dos principais políticos que fizeram oposição ao impeachment de Dilma como Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias e Jandira Feghali. Em azul estão as páginas de grupos identificados com a defesa de direitos das mulheres, LGBT e negros como Feminismo Sem Demagogia, Empodere Duas Mulheres e Cartazes & Tirinhas LGBT. Por fim, um pouco marginalizado no cluster, em verde, uma enorme quantidade de páginas, com menos usuários ativos, de movimentos autônomos por ampliação de direitos sociais como o Passe Livre São Paulo, ambientalistas como a WWF-Brasil e de estilo de vida como Infância Livre de Consumismo.

Figura 2

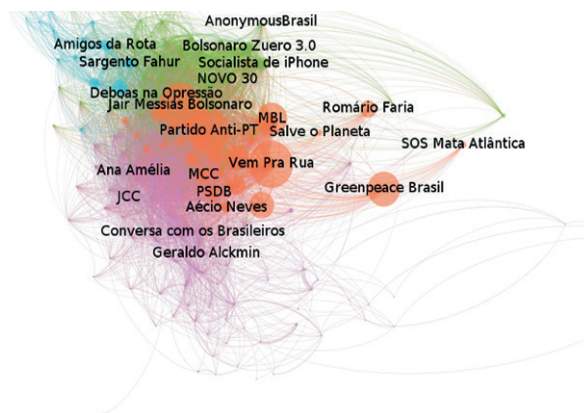
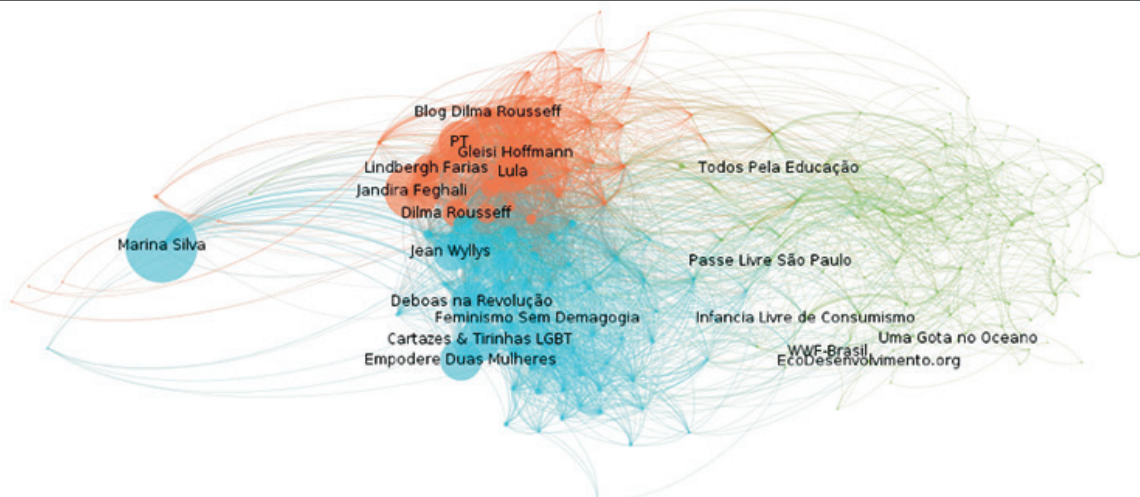


Figura 3





### Principais Observações

*O tipo de análise estrutural das páginas do Facebook usado parece adequado para a identificação de comunidade de usuários, que se informam pelas mesmas páginas. A disputa em torno do papel histórico do PT organizou o campo de disputa do discurso político no Facebook, polarizando os usuários entre antipetistas e anti-antipetistas. Essa dinâmica birrelacional pode ser analisada de maneira mais fina, indicando a forma como cada polo se organiza internamente. Essa análise mais fina indica a complexidade dos grupos que ficaram subordinados à disputa em torno do PT. De um lado, as páginas, que puxaram os atos pelo impeachment, organizam o campo em torno dessas três comunidades mobilizadas: grupos liberais, grupos conservadores e políticos tradicionais, que eram oposição. Do outro lado, as páginas associadas ao PT organizam o campo impondo seu discurso sobre os grupos identitários, novos movimentos sociais e ambientalistas, ou seja, mesmo os grupos, que se identificam como sendo à esquerda do PT e que não compartilham um discurso petista, agrupam-se na polarização contra os grupos antipetistas. Nas páginas políticas do Facebook, o PT é um grande organizador do debate e o centro da polarização.*

- *O Facebook é uma importante ferramenta de informação política.*
- *As páginas políticas do Facebook estão altamente polarizadas.*
- *O PT é o centro desta polarização virtual, é o organizador do debate político na rede social.*
- *Os usuários de páginas políticas dividem-se numa relação de oposição entre os antipetistas e os que rejeitam este sentimento de antipetismo (defensores do PT e críticos do partido, mas com posições de esquerda).*

### Paulistano é conservador, mas não neoliberal

**Hipótese:** Não há uma correspondência exata entre a opinião da sociedade paulistana mais ampla e frequentemente não mobilizada, com o discurso das elites de ativistas engajadas no debate político.

A polarização sobre a figura do PT é evidente nas manifestações dos anos 2015 e 2016 e nas redes sociais, mas não devemos esquecer que a maior parte da sociedade brasileira não estava presente nestes protestos e tampouco está presente no debate político do Facebook, cujo perfil majoritário é urbano, classe média e jovem. A ampla maioria da sociedade brasileira, portanto, permanece fora do radar das pesquisas.

Buscamos responder, agora, se há correspondência entre a opinião da sociedade paulistana mais ampla e frequentemente não mobilizada, com o discurso das elites de ativistas engajadas no debate político. Por exemplo, o liberalismo econômico, que prega o MBL, tem aceitação na população? E a narrativa do golpe versus impeachment? Os valores evangélicos (ex. condenação do aborto), os punitivos (ex. maior tempo de cadeia) ou os mais progressistas (ex. política de cotas), que são mais mobilizados no debate político das guerras culturais sobre pautas com alto conteúdo moral, têm penetração na população não mobilizada? Quais são, afinal, os valores que definem a identidade política do paulistano?

Nos dias 15 e 22 de outubro de 2016, realizamos pesquisa investigando a opinião dos paulistanos sobre uma série de assuntos que animam a polarização política nas redes sociais. Aplicamos um questionário a 1058 paulistanos, com cotas de sexo e idade e abordagens distribuídas pelas 10 macrorregiões



da cidade. O questionário buscou relacionar características demográficas (sexo, idade, escolaridade e renda), o grau de engajamento e mobilização das pessoas, suas identidades políticas e a adesão a afirmações que extraímos do debate político no Facebook.

Essa pesquisa dá sequência a outras pesquisas que realizamos, investigando a opinião política de populações mobilizadas em protestos anti-Dilma, anti-impeachment e dos movimentos de estudantes secundaristas e pela legalização da maconha. Extraímos as afirmações ideológicas que norteiam nosso estudo do debate político no Facebook (apresentado no capítulo anterior) e buscamos ver se há correspondência entre a opinião da sociedade paulistana mais ampla e frequentemente não mobilizada, com o discurso das elites de ativistas engajadas no debate político digital, divididos em grupos que identificamos como liberais, conservadores, evangélicos, sociais, identitários e novos direitos, ambientalistas, pró-impeachment e antigolpe.

Em primeiro lugar, queríamos medir a auto-identificação política dos paulistanos no espectro esquerda/ direita e conservador/não conservador. A distribuição da auto-identificação ficou assim:

| <b>Identidade Esquerda/ Direita</b>            |       |
|--|-------|
| Esquerda                                       | 12,5% |
| Centro-esquerda                                | 3,7%  |
| Centro   | 2,0%  |
| Centro-direita                                 | 4,8%  |
| Direita  | 8,3%  |
| Nada disso                                     | 54,3% |
| Não sabe                                       | 14,3% |
| <b>Identidade Conservador/ Não Conservador</b> |       |
| Muito conservador                              | 31,6% |
| Um pouco conservador                           | 36,6% |
| Nada conservador                               | 19,1% |
| Não sei  | 11,7% |

É interessante verificar que a grande maioria das pessoas não se identifica com a clássica dicotomia esquerda-direita, quase 70% dos entrevistados não adere a esta nomenclatura política. A auto-identificação varia bastante conforme certas características demográficas. Quanto maior a escolaridade, quanto maior a renda e quanto mais jovem, mais se é de esquerda e não conservador.

O questionário verificou, também, o engajamento em discussões políticas e a participação em protestos durante este último ciclo de mobilizações. Os resultados mostram que 15% participaram dos protestos de 2013, percentual que se divide depois entre aqueles que foram às ruas pedir o impeachment da presidente e aqueles que se posicionaram contrariamente a este:

| <b>Participação em protestos</b>  |            |            |
|---|------------|------------|
|   | <b>Sim</b> | <b>Não</b> |
| Participou de alguma manifestação no último ano                                 | 16,8%      | 83,2%      |
| Participou de manifestações em 2013, contra aumento da passagem e outras coisas | 15,4%      | 84,6%      |
| Participou de manifestações a favor do impeachment da presidente Dilma          | 7,6%       | 92,4%      |
| Participou de manifestações contra o impeachment da presidente Dilma            | 6,7%       | 93,3%      |

Por outra parte, também perguntamos se as redes sociais são uma fonte de informação, discussão e engajamento político entre os paulistanos. Nas manifestações pró e anti-impeachment havíamos comprovado que uma média de 50% dos participantes afirmava informar-se muito politicamente pelo Facebook, evidenciando a importância da rede social entre os paulistanos mobilizados. Quando perguntamos ao geral da população (na sua maioria não mobilizada) cai para 27.7% o percentual dos entrevistados que utiliza a internet (incluindo sites e rede social) como fonte de informação política.



| <b>Informação e engajamento no debate político</b>                                | Muito | Pouco | Nada  |
|---|-------|-------|-------|
| Você costuma se informar sobre política em sites na internet e nas redes sociais? | 27,7% | 38,4% | 34,0% |
| Você costuma se informar sobre política lendo jornais ou revistas?                | 23,8% | 43,7% | 32,6% |
| Você costuma discutir política com amigos ou familiares?                          | 29,8% | 35,2% | 35,1% |
| Você costuma discutir política nas redes sociais como Whatsapp ou Facebook?       | 11,4% | 19,3% | 69,3% |

Por fim, investigamos a concordância das pessoas com afirmações extraídas de páginas políticas no Facebook, que estão pautando o debate político nacional e a mobilização social.

| <b>Conservadoras</b>   | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| Precisamos punir os criminosos com mais tempo de cadeia                          | 73,8%    | 19,0%        | 7,2%    |
| O cidadão de bem deve ter o direito de portar arma                               | 29,7%    | 64,0%        | 6,3%    |
| Se não precisasse trabalhar, toda mulher devia ficar em casa cuidando da família | 38,3%    | 59,3%        | 2,5%    |

| <b>Liberais</b>   | Concorda | Não concorda | Não sei |
|---|----------|--------------|---------|
| O governo deveria diminuir o número de funcionários públicos                        | 50,6%    | 41,3%        | 8,1%    |
| Num momento de crise o governo precisa cortar gastos em saúde e educação            | 9,1%     | 88,8%        | 2,1%    |
| As empresas estatais como os Correios e o Banco do Brasil deveriam ser privatizadas | 30,2%    | 53,1%        | 16,7%   |
| As empresas privadas são mais eficientes que as empresas públicas                   | 53,4%    | 29,5%        | 17,1%   |

| <b>Evangélicas</b>   | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| Fazer aborto é pecado  | 64,0%    | 29,8%        | 6,2%    |
| Só pode ser considerada família a união de um homem e uma mulher | 39,8%    | 56,9%        | 3,3%    |

| <b>Sociais</b>   | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| Quem começou a trabalhar cedo, deve poder se aposentar cedo, sem limite de idade | 83,8%    | 11,3%        | 4,8%    |
| O bolsa-família é necessário para reduzir a desigualdade                         | 54,1%    | 36,8%        | 9,2%    |
| Todo mundo deveria trabalhar com carteira assinada                               | 83,1%    | 13,5%        | 3,4%    |

| <b>Identitárias e novos direitos</b>   | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| Deveria ser permitido que qualquer adulto fumasse maconha, se quisesse           | 39,3%    | 55,5%        | 5,3%    |
| A mulher deve ter o direito de se vestir como quiser, sem ser incomodada         | 86,5%    | 11,0%        | 2,6%    |
| É preciso cotas para que negros e pobres consigam entrar na universidade pública | 46,0%    | 47,7%        | 6,2%    |

| <b>Ambientais e estilo de vida</b>                           | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| As terras dos índios devem ser respeitadas pelos fazendeiros | 94,5%    | 1,9%         | 3,6%    |
| É importante comer alimentos orgânicos                       | 90,6%    | 4,4%         | 4,9%    |

| <b>Anti-golpe</b>  | Concorda | Não concorda | Não sei |
|--|----------|--------------|---------|
| O PT é vítima de uma perseguição da imprensa e do juiz Sérgio Moro | 26,4%    | 55,5%        | 18,1%   |
| O impeachment da ex-presidente Dilma foi um golpe                  | 41,1%    | 44,2%        | 14,7%   |



| <b>Pró-impeachment</b>                           |          |              |         |
|--|----------|--------------|---------|
|  | Concorda | Não concorda | Não sei |
| O PT se apropriou do governo para roubar         | 45,3%    | 34,9%        | 19,8%   |
| Todos os partidos são corruptos, mas o PT é pior | 36,4%    | 48,1%        | 15,5%   |

Quais são as conclusões mais relevantes que podemos extrair destes dados?

Vê-se que o paulistano médio adere a um consenso punitivo (73,8% concordam que os criminosos devem ser punidos com mais tempo de cadeia), mas condena o livre porte de armas (contrariamente às tentativas de alguns membros do Congresso de acabar com o Estatuto do Desarmamento), condena também o aborto (mas reconhece o direito da mulher se vestir como quiser, sem ser importunada), defende os direitos sociais e os direitos dos índios sobre suas terras. É de grande relevância notar que, quando questionados sobre pautas relativas a cortes orçamentários, reforma previdenciária, obrigatoriedade de carteira assinada, existe um consenso generalizado que não aceita as pautas liberalizantes, de flexibilização de trabalho ou ajuste fiscal que corte drasticamente os gastos estatais em serviços públicos. Cabe destacar

que, em relação a estas perguntas existe certa variação de renda, sendo os mais ricos mais concordantes com algumas pautas do Estado liberal (Tabelas 1 e 2).

As variações por cortes demográficos são muito relevantes. Pautas mobilizadas por grupos conservadores e evangélicos, como a família heteronormativa (apenas entre homem e mulher), o papel da mulher na família e a legalização da maconha, variam muito com a renda, a escolaridade e a idade: os jovens, os mais instruídos e os mais escolarizados concordam muito mais com o direito de fumar maconha, que a mulher não deve apenas ficar em casa e que gays também constituem família. Por exemplo, diante da afirmação “Só pode ser considerada família a união de um homem e uma mulher”, os entrevistados de 16 a 24 anos concordam em 24,2% e este índice vai aumentando até a última faixa de 54 a 90 anos com uma aprovação de 55,5%. Uma grande variação resulta nos grupos diferenciados por renda. As pautas religiosas, aquelas que mobilizam politicamente a bancada evangélica, destacando o papel da família cristã e as restrições dos direitos femininos, configuram-se como muito importantes na coesão da identidade dos grupos mais pobres (Tabelas 3, 4 e 5).

**Tabela 1**

| <b>Todo mundo deveria trabalhar com carteira assinada</b> |               |                          |                          |                          |                           |                     |
|---|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|
|   | até R\$ 1.760 | de R\$ 1.760 a R\$ 2.640 | de R\$ 2.640 a R\$ 4.400 | de R\$ 4.400 a R\$ 8.800 | de R\$ 8.800 a R\$ 17.600 | acima de R\$ 17.600 |
| concorda  | 90,7%         | 88,5%                    | 80,7%                    | 74,3%                    | 65,3%                     | 63,2%               |

**Tabela 2**

| <b>O governo deveria diminuir o número de funcionários públicos</b> |               |                          |                          |                          |                           |                     |
|---|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|
|   | até R\$ 1.760 | de R\$ 1.760 a R\$ 2.640 | de R\$ 2.640 a R\$ 4.400 | de R\$ 4.400 a R\$ 8.800 | de R\$ 8.800 a R\$ 17.600 | acima de R\$ 17.600 |
| concorda  | 43,7%         | 48,1%                    | 54,1%                    | 57,0%                    | 40,8%                     | 73,7%               |

**Tabela 3**

| <b>Se não precisasse trabalhar, toda mulher deveria ficar em casa cuidando da família</b> |               |                          |                          |                          |                           |                     |
|---|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|
|   | até R\$ 1.760 | de R\$ 1.760 a R\$ 2.640 | de R\$ 2.640 a R\$ 4.400 | de R\$ 4.400 a R\$ 8.800 | de R\$ 8.800 a R\$ 17.600 | acima de R\$ 17.600 |
| concorda  | 42,8%         | 40,9%                    | 43,3%                    | 29,6%                    | 8,2%                      | 15,8%               |

**Tabela 4**

| <b>Fazer aborto é pecado</b> |               |                          |                          |                          |                           |                     |
|------------------------------|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|
|                              | até R\$ 1.760 | de R\$ 1.760 a R\$ 2.640 | de R\$ 2.640 a R\$ 4.400 | de R\$ 4.400 a R\$ 8.800 | de R\$ 8.800 a R\$ 17.600 | acima de R\$ 17.600 |
| concorda                     | 74,6%         | 69,7%                    | 66,3%                    | 49,2%                    | 28,6%                     | 21,1%               |

**Tabela 5**

| <b>Só pode ser considerada família a união de um homem e uma mulher</b> |               |                          |                          |                          |                           |                     |
|---|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|
|   | até R\$ 1.760 | de R\$ 1.760 a R\$ 2.640 | de R\$ 2.640 a R\$ 4.400 | de R\$ 4.400 a R\$ 8.800 | de R\$ 8.800 a R\$ 17.600 | acima de R\$ 17.600 |
| concorda  | 46,0%         | 40,4%                    | 44,4%                    | 28,5%                    | 18,4%                     | 15,8%               |

É interessante perceber, porém, que existem questões que dividem a opinião pública como a questão das cotas, a importância do Bolsa Família para reduzir a desigualdade ou a liberalização do uso da maconha, debates sobre as quais não existe consenso.

Outra questão, que também divide opiniões, é o debate impeachment/golpe. A narrativa do golpe divide absolutamente a opinião pública, 41.1% concordam frente a 44.2%. Porém, a narrativa da vitimização do PT pelas mãos do juiz Sérgio Moro e a imprensa só é aceita por 26.4% dos entrevistados, o que significa que uma parte considerável dos que aderem à narrativa do golpe não adere à narrativa da vitimização petista. Finalmente, 45.3% dos entrevistados afirmam que o PT se apropriou do governo para roubar.

Também relacionamos a adesão às afirmações de identidades políticas (espectro esquerda/direita e conservador/não conservador) e descobrimos algumas coisas: os paulistanos que se dizem de direita não têm muita consistência ideológica, sendo seu traço mais marcante a adesão ao discurso pró-impeachment (o PT é o partido mais corrupto e se apropriou do governo para roubar), como também é marcante sua não adesão às pautas liberais na economia. Já os de esquerda, parecem mais coerentes, concordando com as afirmações sociais e aquelas dos movimentos identitários

e de novos direitos. Os paulistanos que se definem de esquerda defendem mais as políticas que protegem mulheres, negros e homossexuais, e os que se definem de direita têm como traço mais forte o antipetismo. Por fim, a identidade conservadora é amplamente disseminada, mas parece vazia, pouco relacionada com posições específicas, inclusive as conservadoras; já a identidade não conservadora é muito mais coerente. Para a tabela abaixo, construímos um índice que vai de -100 a 100, sendo o -100 o desacordo com todas as afirmações de um determinado conjunto e 100 a concordância com todas elas.

O antipetismo (o PT como partido mais corrupto do Brasil, a rejeição à vitimização petista, a defesa do impeachment) é o elemento de coesão central, tanto nas manifestações verde-amarelas, num dos polos do Facebook polarizado, como na sociedade não mobilizada que se define de direita. A narrativa impeachment/golpe, em torno da qual se configurou o debate nas manifestações do ciclo 2015-2016 e na rede social, não cria consenso na sociedade não mobilizada (Tabelas 6 e 7).

**Tabela 6****Relação entre afirmações ideológicas e a identidade política esquerda/ direita**

|                                | Direita | Centro-direita | Centro | Centro-esquerda | Esquerda | Nada disso |
|--------------------------------|---------|----------------|--------|-----------------|----------|------------|
| Conservadora                   | 23,0%   | 12,0%          | 7,9%   | 13,7%           | -40,2%   | 2,0%       |
| Evangélica                     | 17,2%   | 5,0%           | 2,4%   | -20,5%          | -51,5%   | 15,3%      |
| Liberal                        | 26,4%   | 29,3%          | 20,6%  | 15,4%           | -29,5%   | 2,2%       |
| Pró-impeachment                | 32,8%   | 8,0%           | 16,7%  | -29,5%          | -71,0%   | 4,2%       |
| Ambiental/<br>Estilo de vida   | 84,5%   | 96,0%          | 88,1%  | 88,5%           | 93,9%    | 89,2%      |
| Social                         | 43,3%   | 42,7%          | 46,0%  | 52,1%           | 58,5%    | 51,7%      |
| Identitária/<br>Novos direitos | 5,4%    | 4,7%           | 19,0%  | 35,0%           | 58,3%    | 13,5%      |
| Anti-golpe                     | -56,3%  | -53,0%         | -61,9% | -5,1%           | 59,5%    | -26,2%     |

**Tabela 7****Relação entre afirmações ideológicas e a identidade política conservador/ não conservador**

|                                | Muito conservador | Um pouco conservador | Nada conservador |
|--------------------------------|-------------------|----------------------|------------------|
| Conservadora                   | 19,5%             | -1,7%                | -37,2%           |
| Evangélica                     | 36,8%             | 0,9%                 | -44,7%           |
| Liberal                        | 13,4%             | 1,0%                 | -14,4%           |
| Pró-impeachment                | 15,9%             | -3,0%                | -37,7%           |
| Ambiental/<br>Estilo de vida   | 88,2%             | 90,4%                | 91,2%            |
| Social                         | 53,9%             | 50,8%                | 50,1%            |
| Identitária/<br>Novos direitos | 3,1%              | 16,7%                | 51,9%            |
| Anti-golpe                     | -28,4%            | -25,4%               | 13,6%            |

**Principais observações**

*Há poucos consensos entre os paulistanos, entre eles a defesa de direitos sociais, e a negação do discurso liberal econômico e o punitivismo. Os temas do impeachment/golpe dividem a população que, majoritariamente, nega o discurso da vitimização petista. As pessoas, que assumem a identidade política de direita e conservadora, não concordam de maneira muito marcada com as afirmações de nenhum dos campos políticos, que identificamos nas redes sociais (liberal, conservador, social, evangélico, identitário e novos direitos). Seu traço mais marcante é apenas o antipetismo, que aparece como organizador político neste grupo social. Já as pessoas, que assumem a identidade política de esquerda e não conservadora, têm*

*uma opinião mais ou menos coerente, concordando com as afirmações extraídas do debate no campo social, identitário e de novos direitos e rejeitando aquelas dos campos liberal, evangélico e conservador. Entre os mais pobres, as pautas evangélicas têm uma grande penetração, principalmente as questões relativas à família cristã e o papel da mulher.*

*- O paulistano, mesmo aquele que se define como de direita ou conservador, não concorda com as medidas liberais na economia que o governo Temer defende, assim como alguns grupos organizadores das manifestações pelo impeachment como MBL ou Vem Pra a Rua, que se identificam como liberais.*

*- O punitivismo é um consenso na sociedade paulistana.*

*- O debate impeachment-golpe divide a po-*





*pulação, mas a narrativa do PT vítima é majoritariamente rejeitada.*

*- O antipetismo organiza a identidade política dos paulistanos que se definem de direita.*

*- Os valores religiosos, mobilizados politicamente pela bancada evangélica, encontram mais apoio entre os mais pobres e menos escolarizados.*

## Resumo final das três pesquisas

O furacão político que foi junho de 2013 e seus desdobramentos e a esquerda e a direita geraram um nível muito alto de debate e mobilização: cerca de um quarto dos paulistanos discute muito política com amigos ou familiares e mais ou menos o mesmo percentual já participou de algum protesto, seja em junho de 2013, seja contra ou a favor do impeachment. No entanto, como já identificamos em outros estudos<sup>3</sup>, esse amplo debate político está muito amparado em fontes de informação de baixa qualidade, que dominam nosso cenário polarizado. O surgimento dos grupos organizados de direita liberal como MBL ou Vem Pra Rua faz com que o debate da insatisfação política se canalize no antipetismo, que vai configurando uma dinâmica polarizadora, nas redes e nas ruas, entre as pessoas que frequentemente se informam, discutem e se mobilizam por questões políticas. Uma estratégia populista de direita que tem no antipetismo e na luta contra a corrupção seus grandes significantes. A população brasileira mais jovem não está totalmente inserida nesta dinâmica de polarização, porque não tem no PT um centro simbólico organizador da vida política, como a geração anterior, com média etária de 40 anos, que é a tipicamen-

te mobilizada em torno deste tema. Os mais jovens ficam mais à margem da identificação das narrativas de vitimização petista versus “o PT é o partido mais corrupto de Brasil”. Finalmente, esta polarização, que marca absolutamente o debate político dos dois últimos anos, não tem uma réplica exata na população não mobilizada. População esta que não tem consenso sobre se foi golpe ou impeachment, mas que não acredita no discurso da vitimização do PT, tampouco compartilha o consenso liberal econômico atual dos grupos organizadores dos protestos pró-impeachment e o governo Temer, e cujos cidadãos de menor renda se identificam com valores que a bancada evangélica mobiliza em uma clara penetração de questões morais-religiosas na política. O antipetismo, porém, coloca-se como o valor que articula a identidade daqueles que se definem como de direita, mostrando que, como conceito, tem uma grande capacidade de criar consenso entre aqueles que não se identificam com a esquerda ou o progressismo.

## 2017: do antipetismo à antipolítica?

Com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o antipetismo teve uma grande vitória. Michel Temer assume o comando do país com um discurso de liberalização econômica que, como vimos, não é compartilhado pela maioria dos paulistanos (dado provavelmente extrapolável ao resto do país). Porém, múltiplos escândalos de corrupção, a maioria ligada à Lava Jato, continuam aparecendo e abrangem um grande espectro da classe política, envolvendo não só figuras petistas como também de outros partidos, principalmente peemedebistas e tucanos. Como já tínhamos observado nas manifestações pró-impeachment, a confiança destes manifestantes

3. Monitor do debate político no meio digital, disponível em <https://www.facebook.com/monitorordodebatepolitico/?fref=ts>



no PSDB e no PMDB, assim como nas suas principais expoentes, não era alta<sup>4</sup>.

#### Quadro 1

##### Manifestações pró-impeachment: confiança nos partidos políticos

|                      | PT     | PSDB   | PMDB   | Rede   | PSOL   |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| n/respondeu / nenhum | 0,20%  | 0,20%  | 0,20%  | 0,70%  | 0,20%  |
| confia muito         | 0,20%  | 11,00% | 1,40%  | 2,60%  | 1,90%  |
| confia pouco         | 3,70%  | 41,20% | 16,30% | 14,00% | 16,10% |
| não confia           | 96,00% | 47,60% | 81,80% | 61,10% | 77,10% |
| não conhece          | 0,00%  | 0,00%  | 0,40%  | 21,50% | 4,70%  |

Por trás de um antipetismo evidente nas ruas, e muito explorado pelos grupos que convocaram os protestos, estes manifestantes, que se definiam maioritariamente de direita e centro-direita, escondiam um sentimento de frustração com a classe política de forma geral. Alguém poderia pensar que, já que o alvo fundamental destas manifestações era o PT, os que estavam lá presentes confiariam expressivamente nos políticos peemedebistas, que assumiriam o poder depois do impeachment, ou nos tucanos, já que a maioria dos presentes afirmou ser votante do PSDB tanto em nível federal como estadual<sup>5</sup>. Os dados contradizem esta hipótese, demonstrando um claro sentimento de desconfiança geral. Só 11.0% dos entrevistados nas manifestações a favor do impeachment confiam muito no PSDB e 1.4% no PMDB. Quanto aos representantes partidários, aquele que conta com maior confiança é Geraldo Alckmin, com 29.1% de alta confiança, índice que cai a 22.6% para Aécio Neves e 3.2% para Eduardo Cunha, levando em consideração que estes dados são prévios à maioria das denúncias de corrupção envol-

vido peemedebistas e tucanos, que foram divulgadas posteriormente ao impeachment.

Com a saída de Dilma Rousseff, o PT em clara crise, perdendo sua hegemonia política e social, derrotado dramaticamente nas eleições municipais de 2016, e com os escândalos de corrupção apontando sucessivamente aos mais diversos partidos fora da órbita petista, o sentimento antipetista, que antes impregnava politicamente grandes grupos sociais no país, foi dando lugar à expressão de sentimento antipolítico, de negação da política tradicional (*nenhum político presta*), em detrimento do “novo-político” ou o “político-gestor”, com seu exemplo mais evidente no sucesso eleitoral de João Doria em São Paulo, ou até do Crivela no Rio de Janeiro. Será importante observar como vai evoluir este sentimento de negação da política tradicional e como vai refletir na perda de confiança na democracia para um grande espectro da sociedade brasileira.

4. Dados da manifestação de 12 de abril de 2015, disponível em <http://gpapai.usp.br/pesquisa/120415/>

5. Segundo Datafolha, 82% dos entrevistados presentes na manifestação de 16 de agosto de 2015 se declararam eleitores de Aécio Neves (PSDB).



## Autores

**Esther Solano Gallego** é Professora Doutora da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Mestrado Interuniversitário Internacional de Estudos Contemporâneos de América Latina da Universidad Complutense de Madrid. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri. Associada ao grupo de pesquisa Laboratório de Análises Interdisciplinares e Análise da Sociedade (LEIA-Unifesp).

**Pablo Ortellado** é Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Pós-doutorado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP. Coordenador do Grupo de Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPoPAI-USP).

**Márcio Moretto Ribeiro** é Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Doutorado em Ciência da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP. Pós-doutorado no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Universidade de Campinas (CLE-UNICAMP). Associado ao Grupo de Políticas Públicas de Acesso à Informação (GPoPAI-USP).

## Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil  
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313  
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil  
[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)

### Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-97-7



9 788599 138977